



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LIANE SANTOS DO NASCIMENTO

**PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR
E ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

LIANE SANTOS DO NASCIMENTO

**PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR
E ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

N196p

Nascimento, Liane Santos do.

Prática pedagógica escolar e enfrentamento das desigualdades / Liane Santos do Nascimento. - 2023.

52 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva.

1. Desigualdades regionais - São Francisco do Conde (BA). 2. Educação permanente - São Francisco do Conde (BA). 3. Prática de ensino - São Francisco do Conde (BA). I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 370.733098142

LIANE SANTOS DO NASCIMENTO

**PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR
E ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab - Campus dos Malês.

Aprovado em: 20/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo aos orixás, pela força e por nunca me deixarem esquecer de que eu não ando só.

A minha mãe e ao meu pai, agradeço pelos ensinamentos e orientações, e por sempre acreditarem em mim. Saibam que vocês são minhas maiores referências e que eu os amo muito!

A Leila e a Léo, agradeço pela parceria, amor, e por terem me escolhido como madrinha de Rianna e João;

A Maria Flor, o meu maior e mais lindo presente. Agradeço pelo amor e pelo abraço mais sincero. Filha, saiba que estarei sempre ao seu lado. Desejo profundamente que as águas cuide sempre do seu coração. Te amo muito!

As minhas avós, Carlita e Isabel (já falecidas), e aos meus avôs, Anísio e Irênio (já falecidos), obrigada por prepararem o terreno para que hoje eu pudesse pisar. Saudades eternas!

A minha tia e madrinha, Maria de Lurdes (falecida), agradeço pelo carinho e por todo amor que me deu. A senhora sempre estará em meu coração. Saudades eternas!

A Tânia Regina (falecida), minha tia querida, agradeço pelas trocas, pelo carinho e por sempre acreditar que eu era capaz. Com você eu aprendi a olhar no espelho e enxergar beleza em mim. Saudades eternas!

As minhas tias e tios, agradeço pelo carinho;

A Jilsimar, companheiro e pai de Maria Flor, agradeço pelo incentivo e por acreditar em mim;

Aos meus muitos colegas e amigos, agradeço pelas trocas e aprendizados;

A minha orientadora, Claudilene Silva, agradeço por ter me aceitado como orientanda, por ter acreditado em mim e por me encorajar a acreditar no trabalho que eu estava desenvolvendo. Saiba que você é muito especial para mim!

As minhas professoras, Carla Albuquerque, Cristiane Souza, Eliane Costa, Ana Rita e Andréa Cardoso, obrigada pelas trocas, aprendizados e carinhos. Com vocês, eu aprendi que para ensinar, é preciso amar!

A Unilab, por ter aberto as portas para que eu, e muitos franciscanos pudéssemos adentrar esse espaço. Gratidão!

[...]Dependendo de quem confere o reconhecimento teremos uns ou outros reconhecimentos, umas ou outras práticas pedagógicas de reconhecimento.Umas ou outras políticas.(ARROYO,2014, p.174)

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar como as práticas pedagógicas escolares têm contribuído para a aprendizagem e permanência de crianças que vivem em contexto de desigualdades na comunidade Roseira e Porto de Brotas. O referencial teórico apoia-se na importância da educação como um dos importantes caminhos para enfrentamento das desigualdades presentes em São Francisco do Conde - BA. A pesquisa torna-se relevante, pois não há estudos no município, que tratam do tema das desigualdades e de como estas podem interferir na aprendizagem das(os) estudantes. Metodologicamente, realizou-se um estudo de campo com inspiração etnográfica na escola da comunidade Roseira e Porto de Brotas, por meio de visitas e observações; análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas sobre os desafios enfrentados pela gestão escolar na condução de todo processo educativo. A pesquisa demonstrou que a unidade pesquisada é formada basicamente por estudantes negras e negros, que na sua maioria são filhas(os), netas(os) de pescadores, marisqueiras e agricultores, e que possuem uma forte ligação com o território onde vivem, mas a educação que lhes é ofertada ainda não contempla suas especificidades, sendo necessário assim, a construção de um currículo específico que contemple essa realidade. Através dos diálogos com a gestão escolar, percebeu-se a necessidade de formação continuada para fortalecer as práticas pedagógicas desenvolvidas pela unidade, principalmente no que se refere a importância da efetivação e implementação da Lei 10.639/ 03, nos espaços escolares do município.

Palavras-chaves: desigualdades regionais - São Francisco do Conde (BA); educação permanente - São Francisco do Conde (BA); prática de ensino - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

The research aims to analyze how school pedagogical practices have contributed to the learning and permanence of children who live in a context of inequalities in the Roseira community and Porto de Brotas. The theoretical framework is based on the importance of education as one of the important ways to face the inequalities present in São Francisco do Conde - BA. The research becomes relevant, as there are no studies in the municipality that deal with the theme of inequalities and how these can interfere with the students' learning. Methodologically, a field study with ethnographic inspiration was carried out in the community school Roseira and Porto de Brotas, through visits and observations; analysis of documents and semi-structured interviews about the challenges faced by school management in conducting the entire educational process. The research showed that the researched unit is basically formed by black students, who are mostly daughters, granddaughters of fishermen, shellfish gatherers and farmers, and who have a strong connection with the territory where they live, but the education offered to them still does not contemplate their specificities, thus making it necessary to build a specific curriculum that contemplates this reality. Through dialogues with the school management, the need for continued training was perceived to strengthen the pedagogical practices developed by the unit, especially with regard to the importance of effecting and implementing Law 10.639/03, in th

Keywords: continuing education - São Francisco do Conde (BA); regional inequalities - São Francisco do Conde (BA); teaching practice - São Francisco do Conde (BA).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O QUE É A DESIGUALDADE E QUAIS VIDAS SÃO AFETADAS POR ELA?	12
2.1	E COMO A DESIGUALDADE APARECE NA EDUCAÇÃO?	14
3	ENTENDENDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR	17
4	ROSEIRA E PORTO DE BROTAS: COMUNIDADE ONDE FICA A ESCOLA PESQUISADA	18
4.1	A ESCOLA ANTONINA OLÍMPIA PESSOA DA SILVA (CAMPO DA PESQUISA)	24
5	ALGUMAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NA ESCOLA DA COMUNIDADE ROSEIRA E PORTO DE BROTAS	25
6	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VIVENCIADAS NA UNIDADE ESCOLAR	29
7	IDENTIDADE E PERTENCIMENTO NAS PRÁTICAS ESCOLARES: DESAFIOS PARA A VIVÊNCIA DA LEI 10.639/03	35
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICE I: ENTREVISTA COM A GESTÃO ESCOLAR (DIRETOR)	47
	APÊNDICE II: ENTREVISTA COM A PROFESSORA	49
	APÊNDICE III: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	51

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos que levaram a pesquisar as práticas pedagógicas adotadas pela unidade escolar se deu por alguns motivos. O primeiro deve-se a minha percepção sobre o fato de São Francisco do Conde ser uma cidade tão rica e ao mesmo tempo tão desigual; o segundo parte de uma experiência acadêmica em 2018, quando no estágio dos anos iniciais do ensino fundamental I, em uma unidade escolar, que fica próximo a Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, em uma turma do 4º ano com estudantes entre 09 e 12 anos de idade e níveis de aprendizagem muito distintos, me deparei com realidades onde boa parte delas ainda não estavam alfabetizadas e a outra parte dominava pouco os conhecimentos de leitura e escrita. A situação acabou provocando os seguintes questionamentos: se em contextos mais próximos do centro isso é uma realidade, como será em lugares distantes?; o terceiro motivo deve-se a reflexão sobre que tipo de educação desejamos para as(os) nossas(os) estudantes? Seria uma educação bancária, ou uma educação crítica com base na emancipação dos sujeitos e das mentes? Como nos chama atenção Paulo Freire (2012).

Visto que nenhuma prática é neutra (FERREIRO,2001) e que esta é carregada de intencionalidade, este é um trabalho orientado pela seguinte questão de pesquisa: como a unidade escolar pesquisada pode contribuir a partir de suas práticas pedagógicas para o enfrentamento das desigualdades? Para além disso, a escola encontra-se em um território datado desde o período colonial, tornando assim ainda mais relevante tal análise, uma vez que a cidade de São Francisco do Conde parece querer manter viva essa herança. E mesmo com toda uma política para a diminuição das desigualdades por meio de alguns programas de transfêrencia de renda municipal, como o Programa de Acolhimento Social – PAS, o vale gás, e a vasta riqueza econômica do município, ainda existem localidades que vem enfrentado problemas sociais seríssimos, principalmente em relação a falta de água encanada e saneamento básico, por exemplo. Essas e outras situações se revelam sim como uma marca do processo de colonização aqui no município, mostrando que existe uma certa naturalização destas e de outras de violências.

Desta forma, a presente pesquisa torna-se relevante, pois não há no município estudos com a temática da desigualdade, especialmente no campo da educação pública, e de como está tem se revelado como uma das principais causas para o insucesso escolar neste território. Pensando nisso, compreendendo que a educação se configura como um dos possíveis caminhos para a superação das desigualdades, é imprescindível que as práticas pedagógicas escolares estejam alicerçadas, também nesse propósito.

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como as práticas pedagógicas escolares têm contribuído para aprendizagem e permanência de crianças que vivem em contexto de desigualdades na comunidade Roseira e Porto de Brotas. Como objetivos específicos elencamos: 1. Refletir sobre como a desigualdade social e racial pode interferir na aprendizagem; 2. Discutir causas e consequências da desigualdade educacional na unidade escolar e seus reflexos no desempenho da aprendizagem; 3. Identificar as práticas pedagógicas vivenciadas na unidade escolar e suas possibilidades de enfrentamento dessas injustiças.

A presente pesquisa possui natureza qualitativa, e pode ser classificada como descritiva, pois segundo Carlos Gil (2002), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.42). Desta forma, o campo da pesquisa é uma escola municipal, localizada na zona rural da cidade de São Francisco do Conde – BA. E como procedimentos metodológicos, realizou-se um estudo de campo, com inspiração etnográfica, por meio de algumas visitas a escola campo de pesquisa para observação dos espaços e das relações pedagógicas; uma análise documental do Projeto Político Pedagógico – PPP; e de forma complementar, entrevistas com o gestor escolar e uma professora.

O texto está organizado da seguinte maneira: a introdução, que fala um pouco da desigualdade e de seu impacto na sociedade e na educação com base nas reflexões teóricas de Göran Therborn (2010) e Silvio de Almeida (2021); depois temos uma breve apresentação sobre práticas pedagógicas e de como esta se apresenta no contexto da escola e sua importância, com base nos estudos de Claudilene Silva (2019). Na sequência é apresentado o campo da pesquisa e seus(as) sujeitos(as). Em seguida, é apresentada a análise dos resultados da pesquisa e outros elementos como a relação da comunidade com o território, e a necessidade de um diálogo com a Lei 10.639/03, ressaltando a importância de sua efetivação. Por fim, são tecidas as considerações sobre os possíveis caminhos para uma educação antirracista, visando a minimização dos impactos das desigualdades presentes no município.

E, considerando o passado histórico da cidade de São Francisco do Conde e do Brasil, onde as desigualdades se fazem presentes, espera-se que este estudo contribua para desvendar a fragilidade educacional presente na educação pública franciscana.

Dessa forma, pretende-se mostrar que as desigualdades é uma realidade nesta sociedade, e que têm deixado muitos(as) estudantes em desvantagens, principalmente aquelas(es) que vivem em lugares mais distantes e quase sempre em contextos de

vulnerabilidade social. Assim, é importante compreender, que existe uma diversidade de crianças e estas, por sua vez, são caracterizadas pelas suas especificidades culturais, territórias e sociais, ainda que estejam na mesma cidade.

Compreendendo isso, pensa-se ser esse um caminho possível para subsidiar políticas, programas e projetos educacionais que de fato favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem dessas crianças, na perspectiva de uma educação de qualidade, a qual muito se almeja.

2 O QUE É A DESIGUALDADE E QUAIS VIDAS SÃO AFETADAS POR ELA?

No artigo “Os campos de extermínio da desigualdade”, Göran Therborn (2010), mostra que a desigualdade apresenta quatro formas diferentes: a - distanciamento - que seria mais ou menos a ideia de crescimento favorável na posição social entre indivíduos ricos em relação aos pobres; b - a exclusão – que tem haver com a dificuldade de ascensão social por parte de pessoas que, historicamente foram e ainda são marginalizadas; c - a hierarquização – onde na base da pirâmide encontram-se os grupos vistos como inferiores, e no topo da pirâmide os ditos superiores; d - a exploração - ligada a ideia de mando e subserviência entre os diferentes sujeitos. Vejamos

A desigualdade pode ser produzida de quatro formas básicas. Primeiro, há o distanciamento — algumas pessoas estão correndo à frente e/ou outros estão ficando para trás. Segundo, há o mecanismo de exclusão — através do qual uma barreira é erguida tornando impossível, ou pelo menos mais difícil, para certas categorias de pessoas alcançarem uma vida boa. Terceiro, as instituições da hierarquia significam que as sociedades e as organizações são constituídas como escadas, com algumas pessoas empoleiradas em cima e outras embaixo. Por fim, há a exploração, por meio da qual as riquezas dos ricos derivam do trabalho árduo e da subjugação dos pobres e desfavorecidos (THERBORN, 2010, p.147).

Para o filósofo e professor de direito penal, Silvio Luiz de Almeida (2021), quando falamos de raça e economia estamos, também falando de desigualdade (ALMEIDA, 2021, p.154). Para ele, a questão racial e econômica são categorias que influenciam o modo de vida de toda uma sociedade e servem como parâmetros para compreender o desequilíbrio presente nela. E explica, que a diferença nos ganhos salariais são dados importantíssimos, mas que não dão conta de justificar porque o Brasil é um país tão desigual economicamente. Afirma o autor que:

Por meio de números posso constatar que há pessoas que recebem salários menores do que outras, ainda que com mesma formação, exercendo as mesmas funções e com jornadas superiores. A explicação para esta distinção terá de ir além dos números, cuja importância não se nega (ALMEIDA, 2021, p.155).

Almeida argumenta, que analisar a desigualdade a partir da formação ou da produtividade a quem se destaca melhor profissionalmente, é sem dúvida cair numa armadilha, pois sabemos que a sociedade brasileira é marcada por um passado extremamente racista e desigual, em que a população negra e indígena eram vistas, e em alguns contextos ainda são, como seres não portadores de direitos e humanidade. E ressalta, que inúmeros estudos têm apontado o elemento raça como fator determinante para os modos de produção das desigualdades na sociedade brasileira. Afirma o autor que:

O problema todo é quando a produtividade e a eficiência não podem ser invocadas como fatores explicativos das diferenças salariais. E quando as estatísticas mostram que, independentemente da produtividade pessoas de um determinado grupo social, como negros e mulheres, ganham salários menores? Como explicar que pessoas negras e mulheres encontram-se majoritariamente alocados nos postos de trabalho de baixa remuneração e considerados precários? Como explicar as maiores taxas de desemprego entre pessoas negras? (ALMEIDA, 2021, p.156).

Embora os autores construam caminhos diferentes para falar sobre a desigualdade, é perceptível em ambas as falas, elementos que reforçam que esta é uma prática criada pelo racismo, e por isso, não pode ser dissociada das categorias analíticas cor/raça, gênero, classe social e outras.

A respeito disso, podemos encontrar nos estudos de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), caminhos da *Interseccionalidade* para explicar como essas categorias provocam grandes influências quando investigamos as questões sociais em uma dada sociedade. Conforme aponta:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade; bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS e SIRMA, 2020, p.16-17)

A descrição acima, ilustra bem o que (ALMEIDA, 2021) traz como reflexão para pensar como as desigualdades se apresentam. Analisando, por exemplo, a presença desta no campo educacional, pois este é um dos terrenos de maior expressão para as diversas formas de

injustiça social. Pensando nisso, quais aspectos da interseccionalidade devem ser levados em conta quando discutimos educação e desigualdade?

Silva (2012) diz que, “a população negra do Brasil sofre de maneira desproporcionalmente maior os problemas sociais do país, tanto no meio urbano quanto no meio rural” (SILVA, 2012, p.93-94). Nesse sentido, um dos aspectos que contribuem para as desigualdades seria a cor da pele, pois a sociedade brasileira é constituída por maioria negra, sendo assim, os problemas sociais que esta apresenta não teriam outra explicação que não fosse a questão racial.

2.1 E COMO A DESIGUALDADE APARECE NA EDUCAÇÃO?

Com base nas afirmações dos estudiosos acima, iremos discutir brevemente como as desigualdades aparecem no campo educacional e de como ela vem se expressando ao longo do tempo.

No âmbito das políticas educacionais, é possível verificar que a desigualdade esta presente nos diferentes instrumentos avaliativos de verificação da aprendizagem como, por exemplo, a Provinha Brasil. Esses instrumentos são exames padronizados, e que não consideram as diferenças socioculturais e muito menos a diversidade que cada região apresenta, ou seja, são instrumentos que avalia de forma homogênea as(os) estudantes, sem se preocupar com as suas particularidades. Além dessas questões, outro destaque são as condições de acesso e permanência aos ciclos de escolarização, principalmente quando estes encontram-se em territórios interiorizados em regiões como norte e nordeste, em que os anos de estudos são bem menores em relação aos da zonas sul e centro-oeste do país.

Outra situação importantíssima a ser destacada foi a crise sanitária da COVID – 19, que afetou o mundo inteiro no ano de 2020, gerando muitas incertezas, angústias e medo, pois estávamos diante de algo que não sabíamos como lidar, e que ainda hoje estamos nos adaptando a essa realidade.

Além das perdas de pessoas queridas, do impedimento de ir e vir, do não contato com familiares, amigos e colegas de trabalho, tivemos de lidar com o fechamento das instituições de ensino, o que de certo modo, aumentou ainda mais as nossas incertezas. Porque muitas dessas instituições servem, muitas das vezes, como um refúgio para diminuição de algumas situações de violência vivenciadas cotidianamente por muitas e muitos estudantes. Mesmo sabendo, que em alguns contextos educativos, esses espaços revelam-se como um “*nao-lugar escolar*”(SCHEFER e KNIJNIK, 2016,p.270), porque muitos deles acabam reforçando a

exclusão e a violação de direitos, mas sabemos também, que existem ambientes acolhedor e seguro.

E com as escolas fechadas,houve um maior aprofundamento das desigualdades, pois não sabendo como prosseguir foi necessário que estados e municípios, a fim de não interromper o ano letivo, adotassem medidas que assegurassem o planejamento escolar, o ensino, a aprendizagem e a segurança alimentar. Assim, medidas como, as chamadas “aulas remotas”, se tornaram uma realidade e um desafio para muitos de nós. E com essa nova realidade, nasce as seguintes reflexões: como garantir a continuidade das aulas em comunidades carentes onde, muitas das vezes, não há nem papel e lápis, por exemplo? Onde não há acesso a internet, aparelho celular, tablet ou computador? Como garantir isso? Sobre o acesso e os desafios das tecnologias no período de isolamento social, Macedo (2021) afirma que:

Embora a internet tenha se disseminado no Brasil no fim dos anos 1990, entre as classes média e alta, foi apenas nos anos 2010, que se popularizou [...]. Ainda assim, tais usos são marcados por intensas desigualdades. Dados da pesquisa TIC Domicílios de 2019 apontaram que 20 milhões de domicílios brasileiros não possuíam internet (28% da quantidade total). Ao fazermos a intersecção com classe, apareciam desigualdades muito expressivas: enquanto nas classes econômicas A e B a presença da internet beirava os 100% em 2019, nas classes D e E, o acesso caía para 50%”(MACEDO, 2021, p. 225- 266).

Sabemos que a falta de acesso aos meios tecnológicos contribuíram bastante para os impactos negativos na aprendizagem de muitas crianças, sobretudo as mais pobres, durante a pandemia. Mas, a carência de profissionais nesse período, também foi um problema, pois algumas escolas já estavam, mesmo antes da pandemia já estava com o quadro reduzido. Além disso, por falta de ambientação de alguns profissionais a essa nova realidade, conhecimentos e recursos tecnológicos, e o não retorno das atividades propostas, é possível afirmar que houve um aumento das desigualdades na aprendizagem, porque para a maioria dessas realidades, muitas crianças não tiveram a cessão a nenhum tipo de recurso pedagógico.

Essas e outras situações que ocorreram no período mais grave da pandemia, nos faz questionar sobre as garantias de direitos estabelecida pela Constituição Federal de 1988, a todas pessoas como nos apresenta o artigo 3º, inciso III, que propõe: “erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Reafirmando ainda no inciso IV, do mesmo artigo, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ressaltando no artigo 5º, que: “todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” [...].

Embora não seja isso que vemos, quando nos deparamos com pessoas, ainda nos dias de hoje, vivendo em condições precárias. Sendo assim, quais seriam as causas para essa situação? Acredito que a resposta para essas e outras perguntas encontre bases no processo de escravização e na tentativa de impedimento de que pessoas negras acessem espaços de poder, e assim, consigam romper com as estruturas de colonização que ainda perduram no Brasil.

Sabemos que a educação é um dos importantes mecanismos para a diminuição das injustiças sociais e emancipação de um povo, mas mesmo com toda uma política de democratização e ampliação do acesso a educação básica, o nosso sistema educacional ainda se mostra extemamente excludente, principalmente quando analisamos essa exclusão a partir dos critérios raça, classe, gênero e diferenças regionais (MACEDO, 2021, p.265).

No estudo *Evolução e desigualdade na educação brasileira*, Jorge Abrahão de Castro(2009) explica, que fatores como localização, cor/raça, faixa etária e sexo são indicadores marcantes quando pensamos nas desigualdades, e que a diferença entre ricos e pobres indica que o nível socioeconômico impactam diretamente no tempo de estudo entre esses grupos. Sendo que quanto menor o poder aquisitivo menor será o tempo de escolarização, e menor também serão as chances do sucesso escolar. Afirma o autor que:

Portanto, o ensino fundamental as políticas educacionais ainda não resolveram os problemas de eficiência do sistema educacional brasileiro, especialmente na rede pública, responsável pela maior oferta de escolaridade nesta etapa de ensino. Os estudantes permanecem no sistema além da idade prevista e do tempo necessário para conclusão, reduzindo a quantidade de recursos disponíveis para aqueles alunos que avançam normalmente e de acordo com sua idade. Em contrapartida, isso revela que as políticas conseguem fazer com que as crianças e os jovens continuem na escola, mesmo depois de um ciclo de insucesso (CASTRO, 2009, p.690).

Ele aponta a fragilidade do sistema educativo em não conseguir resolver questões como o fracasso (repetência) e a evasão escolar, por exemplo, e por outro lado, também não consegue garantir uma segurança no ciclo de desenvolvimento para aquelas e aqueles estudantes que estão avançando no processo educativo sem interrupções. E o fato de muitas escolas estarem localizadas no campo e ter um quantitativo menor de estudantes e das turmas serem multisseriadas, e isso exige do profissional de sala, estratégias que atendam a todas as crianças, para que não haja um comprometimento nas suas aprendizagens, mas acaba sendo impossível, pois como são situações distintas, muitas das vezes, o (a) professor (a) não consegue cumprir o programa letivo, por que ele (a) precisa para toda programação para dar conta dessas crianças que não conseguem avançar. E isso acaba comprometendo a todas. E para mostrar como estes contratempos se fazem presente, Souza (2012) diz, que como

“prática efetivada” fora da escola, a educação do campo destaca as problemáticas sociais vivenciadas pela população do campo ao longo do tempo. Sendo assim, é importante o fortalecimento das práticas pedagógicas escolares, pois são estas responsáveis por nortear toda ação educativa.

E para dialogarmos sobre isso, a discussão a seguir apresenta o que seria a prática pedagógica escolar e a sua relevância na construção de um trabalho educativo estruturado.

3 ENTENDENDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR

Na perspectiva da professora Claudilene Silva (2019), a prática pedagógica pode ser entendida como uma multiplicidade de relações e ações institucionalizadas, organizadas e estruturadas coletivamente, que tem como objetivo a ação educativa. Para ela, “A prática pedagógica acontece no cotidiano das relações que são desenvolvidas numa instituição educativa e se estrutura no desenvolvimento das ações cotidianas dos sujeitos” (SILVA,2019, p.69).

Fundamentada em João Francisco de Souza, a autora nos alerta para o perigo do reducionismo em entender a prática pedagógica como sendo uma ação do(a) educador(a), e quando na verdade, o fazer pedagógico deste, é apenas uma parte do ato educativo.

Esta é uma reflexão importante, pois ela descentraliza a figura do(a) educador(a) como o(a) responsável por toda prática educativa, tirando um peso de suas mãos quando discutimos sucesso, insucesso ou evasão escolar. Mas é importante destacar, que ela não retira a sua responsabilidade.

Nesse sentido, a autora nos chama atenção para o cuidado de não confundir uma ação isolada realizada de forma voluntária ou pontual como sendo uma prática pedagógica daquele espaço. Segundo a autora:

Assim não é qualquer prática desenvolvida no espaço escolar que pode ser compreendida e apresentada como prática pedagógica daquela instituição. Por tanto, o trabalho voluntário, pontual ou isolado de algumas professoras/es comprometidas/os com a discussão étnico-raciais em sua atuação docente não configura institucionalização da inclusão das temática nas instituições às quais estão vinculadas/os (SILVA,2012,p.71-72)

Afirma a autora que a instituição escolar, embora seja um lugar para o desenvolvimento do trabalho e espaço de aprendizagem, é também um território de disputa.

Sendo necessário, portanto, pensando nas questões de implementação da lei 10.639/03, uma reformulação do currículo escolar já que a prática pedagógica é validada pela sua intencionalidade, a partir dos contextos histórico e social de cada sujeito visando assim, uma transformação social. Nesse mesmo sentido, Franco (2012) afirma que “As práticas pedagógicas caminham por entre resistências e desistências, em uma perspectiva dialética, pulsional, totalizante” (FRANCO, 2012,p.606). Partindo disso, Freire (2022), nos diz que devemos ter:

Uma educação que possibilitasse ao homem discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado a perdição de seu “próprio eu”, submetido as prescrições alheias(FREIRE,2022,p.118-119).

As falas acima reforçam a importância da prática pedagógica na construção de uma educação com base na transformação desse(a) sujeito(a). E nos convidam a refletir sobre uma prática que incentive o(a) educando(a) a ter uma consciência de si. É um chamado para o entendimento do meio que o cerca, e para o rompimento do que está posto. E essa deve estar, acima de tudo, pautada em hábitos que promovam a democracia, que sejam antirracista, que respeitem as diversidades e que esteja, acima de tudo, alinhada a um projeto de construção e valorização da identidade e pertencimento local, para que assim possam construir bases fundamentais com vista a uma mudança de paradigma.

4 ROSEIRA E PORTO DE BROTAS: COMUNIDADE ONDE FICA A ESCOLA PESQUISADA

A unidade pesquisada está localizada no bairro de São Bento das Lajes, no povoado intitulado Roseira e Porto de Brotas, zona rural da cidade de São Francisco do Conde – Ba, cidade que mantém certa proximidade com o município de Santo Amaro da Purificação e com os povoados pesqueiros de Acupe e São Brás. Sua população é majoritariamente negra (pretos e pardos) e pertencentes das religiões católica e evangélica.

Figura 1 - Comunidade do entorno da escola



Fonte: acervo da pesquisadora.

Ainda segundo informações, a comunidade é composta por 40 casas, 35 famílias, 205 pessoas, sendo deste total 102 mulheres, 103 homens, incluindo as crianças, adolescentes e, também o morador mais velho, um senhor de 88 anos conhecido como seu Boaventura, que é visto pelos moradores como uma espécie de ancião, pois segundo os relatos, é ele que guarda a memória do lugar como, por exemplo, o início do processo de escolarização na região, e também os causos e as histórias fantasiosas do morador que de dia era homem e de noite virava lobo.

O povoado Roseira e Porto de Brotas é um local que enfrenta muitas dificuldades como a falta de água encanada, saneamento básico, posto de saúde, farmácia, supermercado, entre outros. Além disso, vem enfrentado ao longo do tempo, problemas com a poluição da maré, por conta do lixo vindo dos povoados vizinhos, que tem sido uma constante, o que acaba contribuindo ainda mais para a poluição e a não preservação do mangue, causando uma diminuição ainda maior na produção dos mariscos e peixes na região. Outro ponto importante a ser destacado é a contaminação do rio que deságua na comunidade, e que passando no fundo de algumas casas. O rio nasce na comunidade de Campinas que fica próximo ao local, e por não existir poços de coletas dos resíduos domésticos, muitos moradores acabaram fazendo por conta própria os esgotos clandestinos, e estes acabam indo parar direto no rio. Sobre essa situação Silva (2012) aponta que:

Estas questões, que refletem claramente um cenário de desigualdade racial, relacionam-se diretamente com a problemática da justiça ambiental e especificamente servem para a caracterização de casos de racismo ambiental. Isto

porque determinam um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros – inclusive instalações estatais – e uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos (SILVA, 2012, p.94).

Além desses problemas, a coleta de lixo é uma realidade muito recente, antes da intervenção do poder público, por não haver um lugar específico para depositar todos os resíduos produzidos, os moradores jogavam nos fundos de suas residências onde fica o manguezal e o rio.

Este processo comprova o que Silva (2012) vai chamar de "racismo ambiental", um movimento que tem como prática a negação da condição de humanidade de populações vulnerabilizadas como as negras, indígenas, rural, ribeirinhas, quilombolas, entre outras, impedindo que essas pessoas possam ter acesso a serviços necessários a existência humana.

Além desse fato, o abastecimento da rede elétrica também era um problema na região. Segundo informações do gestor escolar, este foi o primeiro local na cidade a ter energia, por conta da construção do alambique da Usina Santa Elisa. Mas com a desativação da usina a comunidade perde esse abastecimento, e somente nos anos 90, esta volta a ser uma realidade novamente.

Nota-se ai, dois importantes momentos da história local. O primeiro inicia-se com a invasão dessas terras pela coroa portuguesa, e com isso, o apagamento de alguns povos indígenas que já existiam no lugar, segundo relatos do gestor escolar. E o outro data-se da retomada do local no pós-abolição, com a construção do alambique.

Além de ser uma comunidade rural, formada por pescadores, marisqueiros e agricultores, esta também poderia ser lida como um território quilombola, pois segundo os relatos da professora mais antiga da unidade pesquisada, este foi um dos locais em São Francisco do Conde, que no período colonial serviu como esconderijo para os africanos escravizados, que fugindo das violências do Barão de Cajaíba, refugiaram-se nas matas em busca de segurança e novas possibilidades de vida.

É também neste lugar, que segundo o livro (São Bento conversando com a sua História (2021), viveu os povos tupinambás, uma das primeiras mãos de obra da lavoura de cana-de-açúcar. E é lá que está as ruínas da abadia de Nossa Senhora das Brotas, igreja que foi construída por meio da doação das terras por Catarina Álvares, filha de Caramuru, aos monges beneditinos em 1655 (Idem p.11,2021), como podemos ver na figura a seguir:

Figura 2 - Ruínas da Abadia de Nossa Senhora das Brotas



Fonte: acervo da pesquisadora.

Além dessas personalidades, o documento citado, aponta ainda para a presença dos poetas Junqueira Freire e Artur Sales na região (Idemp.7, 2021).

A história deste local, segundo o gestor da unidade escolar, está dividida em duas partes: uma que veio através do alambique que corresponde a Roseira, e a outra que nasce com Abadia de Nossa Senhora de Brotas, que é Porto de Brotas, local de grande beleza que no período colonial serviu como rota de embarque e desembarque de mercadorias para outras cidades, e hoje é visto e entendido como o coração da comunidade, pois é de lá que pescadores e marisqueiras retiram os seus sustentos, uma importante atividade de subsistência, não só deste local, mas de toda cidade. Além disso, o mar foi e ainda é, uma riqueza cultural, ancestral e potente de toda São Francisco do Conde, e que une o passado e o presente numa perspectiva de manter viva essa tradição cultural.

Como já mencionado, este é um local que guarda muitas memórias, e muitas destas, oriundas do período colonial como, por exemplo, o surgimento da Abadia de Nossa Senhora de Brotas, que segundo o geógrafo, professor e pesquisador da história e cultura sanfranciscana, Jorge do Espírito Santos, e informações colhidas através do Projeto Político e Pedagógico –PPP da unidade escola, a origem da Abadia tem como pano de fundo o adoecimento de um frade beneditino, que em seu leito de morte, diz ter recebido a visita de Nossa Senhora de Brotas, e por conta disso, ele teria pedido que fosse construída a igreja em homenagem a santa.

Até pouco tempo, todas as casas do povoadado eram de taipas, mas com a união da população, essas foram deixando de existir e deu lugar para novas construções, restando hoje, apenas uma, que tem como missão, a partir da reflexão da pesquisadora, salvaguardar a memória histórica do local, muito na perspectiva de apresentar para as futuras gerações, não

uma história de dor, mas de luta, resistência e transformação local. E caso não haja, por parte dos(as) moradores(as), um olhar cuidadoso sobre a relevância da preservação dessa memória afetiva, o tempo poderá apagar e levar tudo isso embora.

Figura 3 - Frente da única casa de taipa que ainda resta



Fonte: acervo do gestor escolar.

Assim como a unidade escolar, a comunidade também esteve sob risco de extinção, ainda na gestão da prefeita Rilza Valentim (já falecida), que tentou convencer as/os moradores a saírem do local e ir morar em uma área mais próxima do centro, com o discurso de uma “melhora” na condição social deste, mas foi em vão. Que imbuídos pelo sentimento de pertencimento e de um projeto de vida construído no local, estes se recusaram a sair.

Esse mesmo processo aconteceu no quilombo Dom João, mas com um pouco mais de êxito, pois muitas famílias que viviam a muito tempo por lá, algumas desde a infância, acabaram saindo por não ter conseguido o título de posse da terra, e por várias situações de exclusão que viviam, e com medo de não ter onde morar, caso a união decidisse tomar o território, a maioria acabou deixando suas casas sem nenhum reparo financeiro. E se não houvesse resistência por parte dos moradores, o mesmo iria acontecer com Roseira e Porto de Brotas, mesmo sendo situações distintas. Pois diferente do quilombo Dom João, os moradores locais possuem legalmente o direito a terra, mas por outro lado as duas comunidades vivenciam situações de abandono e exclusão. Mas se não houvesse essa força, o que iria acontecer em ambos os casos, seria o fim de povoados seculares com tradições e costumes que não se pretendia e nem se pretende acabar, e não é querer reforçar um passado escravagista é no sentido de manter viva toda luta dos povos negros e indígenas, que lutaram e lutam pelo direito a terra e a vida.

Deste modo, o mais interessante seria conhecer e entender o modo de vida e histórias dessas populações, e assim promover melhorias sociais para elas, e não o apagamento e o esvaziamento desses territórios, que muitas das vezes são lidos como comunidades descartáveis como nos aponta Silva (2012):

Trata-se das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tantas outras caracterizadas como tradicionais. As suas características e os seus modos de vida são vistos como exóticos, pouco evoluídos ou distantes do progresso e do desenvolvimento, para os quais estas comunidades são vistas como um entrave, impedindo a “geração de novos empregos” e a “melhoria da arrecadação dos impostos e das contas públicas” dos estados em questão (ibidem). A partir desta perspectiva, naturaliza-se a concepção dos espaços que estas comunidades ocupam como espaços desertos e vazios e, portanto, disponíveis para a implementação de grandes projetos de desenvolvimento e empreendimentos econômicos. Como natural também – e em alguns casos como necessário – é encarado o desaparecimento destas comunidades descartáveis, “paradas no tempo” e cujo modo de vida não apresenta quaisquer vantagens em pleno século XXI.(SILVA, 2012,P.96).

Com a recusa da população em sair da comunidade e com o intuito de “diminuir” os problemas de acessibilidade na região, pois a estrada que liga a comunidade ao centro da cidade era de barro e, durante o período de chuvas as pessoas não conseguiam sair de suas casas por conta da lama. O poder público, na gestão da prefeita Rilza Valentim, pavimentou apenas a pista principal, a área próxima a escola, e manteve, as ruas que dão acesso aos principais pontos históricos da comunidade, intocáveis. E garantiu a preservação das características físicas do lugar mesmo não sendo essa a intenção. Outra conquista da comunidade foi a chegada da internet que contribuiu muito para uma melhor comunicação entre a escola e a Secretaria da Educação – SEDUC, por exemplo.

A comunidade ainda conta com o mangue como um dos principais meios de subsistência e resistência, pois não só esta localidade, mas toda São Francisco do Conde, teve a pesca como uma de suas principais bases econômicas durante muito tempo, e ainda continua sendo, uma das atividades de maior relevância para muitos(as) franciscano(as).

Figura 4 - Caminho até o porto de pesca



Fonte: acervo do gestor da unidade pesquisada.

Como destacado acima, a pesca é uma das heranças culturais que marcou a construção identitária da população de São Francisco do Conde e redondezas. Formada basicamente por remanescente de pessoas escravizadas, muitas famílias franciscana tiveram a pesca como um dos principais recursos financeiros. Hoje, além da pesca, as famílias recebem o auxílio de algumas políticas públicas como o Bolsa Família (programa federal) e o Programa de Acolhimento Social – PAS (programa municipal), como estratégia para “diminuir” os impactos das desigualdades.

Além disso, o diretor, a merendeira e os vigilantes são moradores da comunidade e funcionários da prefeitura. O que de certo modo, acredita-se que por conhecerem bem a dinâmica das pessoas locais, isso contribui para um olhar sensível e comprometido em relação aos problemas enfrentados pela escola, uma melhor participação nas atividades comunitárias, além de contribuir no processo de ensino e aprendizagem das crianças e na construção de uma educação de qualidade, pautada na emancipação e transformação social

4.1 A ESCOLA ANTONINA OLÍMPIA PESSOA DA SILVA (CAMPO DA PESQUISA)

A escola Antonina Olímpia Pessoa da Silva é uma unidade com 30 anos de existência completados no ano de 2022, é de pequeno porte e única no local. É formada apenas por 02 turmas multisseriadas, que corresponde a educação infantil (GIII - GV) e os anos iniciais do ensino fundamental(1º ao 5º ano), e conta com um total de 25 estudantes sendo 15 meninas e

10 meninos. E até o ano de 2018, a unidade ofertava o Ensino de Jovens e Adultos- EJA, mas por conta do baixo número de matrículas essa modalidade foi extinta.

Figura 5 - Escola Antonína Olímpia Pessoa da Silva



Fonte: acervo da pesquisadora.

A unidade conta com uma estrutura física bem simples, como a maioria das escolas do município, com 02 salas de aula, uma sala da direção, uma biblioteca pequena, uma cozinha pequena, 5 banheiros, 1 almoxarifado e uma área ampla com uma pequena horta onde as crianças realizam as atividades ao ar livre.

Como já apresentado, a unidade está situada em uma comunidade majoritariamente negra, marcada por extenso processo de exclusão social, e que vem empreendendo diversas lutas pelo direito a existir. O gestor aponta alguns problemas sociais que a unidade vem enfrentando ao longo do tempo como a falta de água encanada; a limpeza da rede de esgoto; a infestação de morcegos; a má ventilação das salas; a falta de materiais didáticos, entre outros.

5 ALGUMAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NA ESCOLA DA COMUNIDADE ROSEIRA E PORTO DE BROTAS

Para compreender um pouco mais sobre as dificuldades que a escola vem enfrentado ao longo dos anos, foi realizada uma entrevista com o gestor escolar e a professora mais antiga, que pontuaram situações que têm contribuído para uma não qualidade do ensino ofertado na

instituição. Na entrevista buscamos saber do gestor se a quantidade de pessoas que trabalham na escola interfere no aprendizado. Ele afirmou que sim, mas que hoje esta realidade vem mudando. Como podemos ver no depoimento a seguir:

É como eu falei, a quantidade de gente hoje dá para dividir os fazeres, antes era um gestor mais vice, professor, não tínhamos P2(professor reserva). Então tudo isso, até na questão de desenvolver, melhorar o aprendizado do aluno, agente tinha dificuldade.

Hoje até facilita um pouco pela questão da quantidade de pessoas, que agente consegue dividir direitinho, cada um faz sua parte e agente consegue atingir até mais. Digo assim, atingir em um ponto, no qual agente quer chegar, tipo: um aluno chega com dificuldade tal, agente consegue sanar. Em vez de só o gestor ou a vice ou o professor fazer, agente tem um grupo de pessoas, que agente consegue atacar mais nessa dificuldade. (Entrevista realizada em 27.12.2022).

Ainda sobre o tempo em que a escola vem enfrentado dificuldades por falta de material humano, ele conta que isso vem acontecendo há muitos anos. Como podemos ver nos trechos a seguir.

Há mais ou menos 10 anos atrás, agente não tinha, né... tipo duas gestão antes, né... já que fala desde o início, agente não tinha quantidade de profissionais, era um professor que contemplava tanto a educação infantil quanto o fundamental, já que agente sabe que aqui é multisseriado. Então esse professor era professor de educação infantil e professor do fundamental. Então ele não conseguia, não tinha um espaço de tempo para fazer algo, tipo um projeto de intervenção para o aluno, pela questão da quantidade de turma, que era um professor para a escola toda. (Entrevista realizada em 27.12.2022)

Em relação, a evasão escolar e a reprovação, a gestão diz que não há no histórico da unidade casos de evasão. E sobre o índice de reprovação, ela pontua que houve um ou dois casos anos atrás, e que este ano em decorrência da pandemia, um caso apenas.

Sobre o período da pandemia, procuramos saber se o modelo de educação remota, adotado pelo município, como estratégia de aula foi um desafio, uma uma vez que, a maioria das famílias não tinham acesso as ferramentas tecnológicas, e se caso tenha sido, quais foram os métodos utilizados para garantir esses direitos. O gestor aponta que sim e, diz que o uso de algumas estratégias como, por exemplo, os atendimentos individuais na escola e nas casas, foram indispensáveis para não prejudicar ainda mais as crianças. Como podemos ver nos trechos a seguir:

A realidade da comunidade é. [...]. Nós não tínhamos internet aqui era dados móveis. Até eu como gestor não conseguia seguir o ritmo da secretaria, porque os dados móveis rapidinho caíam. [...]. E os pais da comunidade também não tinham condições de ta todos os dias colocando crédito para está assistindo vídeo aula.

Então o que agente usou foi o seguinte: nós fizemos um bloco de atividade e, assim que, a mãe tinha dificuldade na realização das atividades, elas vinham [...]. Agente marcava e vinha a cada 30 minutos uma mãe, agente colocava numa sala separada e explicava a atividade [...]. Por morar na comunidade, agente conseguia ir até na casa tirar até dúvidas com os alunos.

Porém, agente só ia nas casas, porque morávamos aqui também, era gestor da comunidade. E tinha aqui, a professora Ana também nesse período da pandemia, que estava aqui e, também é professora da comunidade e sabia da situação de cada um [...]. Foi um meio que agente usou, que agente buscou para tentar sanar ou ajudar os meninos de certa maneira. (Entrevista realizada em 27.12.2022)

Este é um dado bastante importante, pois sabemos que em lugares mais afastados dos grandes centros urbanos do Brasil, as desigualdades educacionais são bem mais expressivas, principalmente quando comparamos a média de estudos das pessoas que vivem na zona rural que chega a ser quase duas vezes menor comparado a das que vivem na área urbana, por exemplo.

Apesar do quantitativo quase inexistente de reprovação na instituição, o gestor aponta que as/os educandas(os) têm apresentado dificuldades na leitura e na escrita a bastante tempo. Infelizmente, essa é uma realidade mais comum do que gostaríamos, e aponta para uma situação bastante problemática que é a aprovação automática. Onde cada vez mais, as crianças estão saindo dos anos iniciais do ensino fundamental I, chegando ao ensino fundamental II e ensino médio com grandes lacunas, e que irá reverberar por todo ensino superior. Já que essa é uma realidade comum em lugares mais pobres, e acaba sendo uma das muitas estratégias utilizadas pela gestão, para impedir uma defasagem escolar e uma possível evasão por conta de vários anos de reprovação mesmo estes apresentando muitas dificuldades.

Segundo relato dos entrevistado/as em 2018, a unidade correu risco de ser extinta, sob a alegação de que não fazia sentido manter uma escola funcionando com poucos estudantes. E com o incentivo da gestão, a comunidade reuniu-se e fez um abaixo-assinado e encaminhou a Secretaria Municipal da Educação – SEDUC, para que a unidade não fosse fechada. Esse movimento impediu o fechamento, mas por outro lado, a escola acabou sofrendo com a retirada de alguns profissionais, o que agravou ainda mais o desenvolvimento das atividades educativas.

A presença de uma unidade educativa na comunidade é entendida como importante agente de transformação social e de difusão do comenhecimento, e o fechamento desta, iria contribuir para o apagamento de boa parte da história local. Segundo Souza (2012) situação semelhante ocorreu com milhares de escolas rurais no Brasil na década de 80. Como mostra o trecho a seguir:

[...] apartir dos anos de 1980, muitas escolas públicas rurais isoladas e unidocente (estaduais e municipais) foram fechadas sob a alegação de que o número de alunos não era suficiente para a manutenção das turmas e classes escolares” (p.751). E reforça que “a gênese da educação do campo está atrelada a luta pelo reconhecimento da existência dos povos do campo em sua diversidade e pela efetivação dos direitos sociais, bem como pela superação da ideia de que o campo e o lugar do atraso” (p.751).

Porém, neste caso específico, há duas observações importantes a se fazer. A primeira diz respeito à possibilidade de uma troca de experiência entre as crianças com outras realidades, caso ocorresse o remanejamento para outro local, pois muitas delas só têm as vivências do local. E a segunda perpassa pela crença de que uma vez extinta, ocorrerá uma espécie de morte simbólica dessa comunidade.

Acreditamos que a presença de uma escola no local reforça o entendimento de que a educação é importante e é um direito de todas (os). Além de ser fundamental apropriar-se deste direito para poder aplicar os conhecimentos adquiridos, e assim, poder intervir positivamente na comunidade, a partir das diferentes experiências e trocas entre as (os) sujeitas (os) pertencentes ou não a comunidade.

Como já relatado neste trabalho, a presença de um espaço de ensino na comunidade remonta o período colonial. Moradores mais velhos(as) relatam, que com a presença da família real, em meados de 1600, foi construída (no local) a Abadia de Nossa Senhora das Brotas, que além de um espaço religioso, serviu para o início do processo de escolarização na região. Não se sabe ao certo, se o processo de escolarização, aconteceu com a fundação da Abadia ou se ele foi se estabelecendo aos poucos, pois estas são informações vindas de algumas falas locais, passada de geração a geração como os relatos de seu Boaventura, mencionado na apresentação do campo de pesquisa. Não há registros locais sobre o tempo em que a Abadia esteve em funcionamento, mas há relatos de após a sua desativação, as(os) estudantes foram remanejados para uma outra unidade escolar no povoado de Campinas.

No entanto, com as dificuldades de locomoção, pois o caminho de chegada ao novo espaço era feito a pé, e as vezes embaixo de chuvas, pelo mato e coberto de lama. Então, por conta de todas essas dificuldades, dois moradores e ex- estudantes, a Sr^a. Isorilda Moreira dos Santos e o Sr^o. Pedro Moreira de Jesus, reuniu a comunidade e solicitou do prefeito na época, o Sr^o. Osmar Ramos, a construção de um espaço para que as pessoas do local pudessem ter acesso a escolarização na própria comunidade, sem precisar se deslocar diariamente. E em 1992, foi construída um novo prédio¹.

¹ Informações obtidas através do Projeto, Político Pedagógico – PPP da unidade pesquisada.

6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VIVENCIADAS NA UNIDADE ESCOLAR

Para discutirmos as práticas vivenciadas na unidade, retomamos aqui a discussão inicial sobre a prática pedagógica escolar que, pode ser entendida como uma multiplicidade de relações e ações institucionalizadas, organizadas, estruturadas coletivamente, estabelecidas e firmadas no ceio das relações entre os diferentes sujeitos com base no princípio da intencionalidade (SILVA,2019, p.69).

Como bem aponta a professora Claudilene Silva(2019), a prática pedagógica não é algo solto é ela que orienta toda a ação educativa, que tem como objetivo responder e atender as expectativas educacionais de um determinado grupo social, a partir de um projeto educacional amplo, e não limitando esta apenas ao que se deve ser ensinado, mas ampliando o seu entendimento para construção de novas possibilidades de intervir no mundo.

A ideia de pensar a prática pedagógica como uma ação que pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades, nasce da compreensão de que, para além do ensinar e aprender, os espaços escolares servem como um instrumento estruturante para a construção da identidade, do pertencimento e da cultura local, como mostra a imagem a seguir:

Figura 6 - Mural com a proposta curricular 2022-2023



Fonte: acervo da pesquisadora.

Desta forma, durante o período de visitação foi analisada práticas pedagógicas que conduzissem a uma transforma o efetiva da realidade local pensando, principalmente nos elementos históricos e culturais que movimentam das(os) moradoras(es). Partindo disso, foi verificado junto a unidade, a es ou projetos de interven o pedagógica que tivesse como

objetivo contribuir para a diminuição das desigualdades existentes, a partir de elementos que compõe a dinâmica social da comunidade, como a agricultura, a pesca, o mangue, o rio, entre outros.

A escola contou que em 2020, iniciaria o projeto de intervenção em leitura e escrita, porque foi observado que alguns estudantes estavam apresentando dificuldade, mas por conta da pandemia de COVID 19, foi impossível realizar. E com o retorno das aulas presenciais, em 05 de julho de 2022, a escola deu início ao projeto, mesmo estando funcionando na época, apenas com o diretor e uma professora concursada, que se organizaram em meio a vários problemas como a falta (professores e coordenador), que só vieram chegar em outubro com a nova contratação do reda.

A gestão aponta que durante todo esse processo, recebeu orientações da Secretaria Municipal da Educação – SEDUC, até a contratação dessas novas pessoas, mas ainda assim, tiveram muitos desafios, especialmente por ser esta uma escola com classes multisseriadas.

Sobre essa informação vale destacar, que as classes multisseriadas são turmas formadas por estudantes que estão em anos(séries) diferentes compondo uma mesma sala de aula, e sob os cuidados de um(a) único(a) professor(a). Em geral, este tipo de organização escolar é muito comum nas escolas do campo, em função das dificuldades enfrentadas para alocar professores e professoras nessa regiões. E para sabermos um pouco o surgimento dessa organização escolar no Brasil, Janata e Anhaia (2015), mostram que essas remontam o período colonial com a expulsão dos jesuítas. Vejamos:

As escolas/classes multisseriadas são uma forma de organização escolar em que alunos de diferentes idades e tempo ou níveis de escolarização (o que conhecemos por série) ocupam uma mesma sala de aula, sob a responsabilidade de um mesmo professor. Presentes no contexto do campo, as escolas/classes multisseriadas são frutos de um período histórico que nos remete ao Brasil colônia, com as professoras leigas e ambulantes que davam aulas aos filhos dos donos das terras e por consequência aos filhos dos seus trabalhadores, após a expulsão dos jesuítas do país em 1759 (JANATA e ANHAIA, 2015, p. 686).

Vale ressaltar, que nesse período as crianças indígenas e as negras eram proibidas de frequentar as aulas. Ou seja, para que estas tivessem direito a esse acesso foram longos anos e muitas lutas.

E voltando a discussão da realidade apresenta, que também fala sobre as classe multisseriadas no contexto pesquisado, buscou-se saber da professora entrevistada, se a falta de recursos impactava na qualidade do trabalho desenvolvido em sala. Com base nessa observação, ela nos afirma que sim, como podemos ver no depoimento que segue:

Verdadeiramente, trabalhar com multisseriado é muito complicado!É, principalmente lá na minha escola (ela está se referindo a escola pesquisada), que as coisas é... Pra trabalhar com multisseriado têm que ter muitos recursos e, as coisas são difíceis pra chegar lá. Entendeu?

Esse ano mesmo, trabalhamos com muita dificuldade de material. Inclusive tiveram materiais que eu tive que comprar na educação infantil, porque eu não vejo a educação infantil sem brinquedo, sem massa de modelar e, isso, eu tirei do bolso mesmo para ver a coisa acontecer, né.

É como eu já falei: muita dificuldade com material didático.Entendeu? Trabalahei com o ambiente escolar sem água. As vezes faltava água até para os sanitários. Água mineral, eu acho que só chegou lá uma vez. Entendeu?

No trecho acima, podemos perceber os desafios educacionais impostos a essa realidade, onde muitos professores acabam retirando do seu bolso recursos financeiros para a compra de materiais que possam contribuir para a qualidade e efetividade das atividades de ensino e aprendizagem. Infelizmente, esta é uma prática bastante comum no nosso país, onde muitos profissionais acabam experienciando situações como essas. Deixando claro que, a falta de materiais pedagógicos é sem dúvida um processo de sucateamento da educação pública. Uma vez que os corpos e classes que fazem uso desse sistema, na sua maioria, são negros e pobres.

Ainda sobre o desafio de trabalhar com classes multisseriadas, perguntamos a professora se as dificuldades com a leitura e escrita seriam uma das possíveis justificativas para um atraso na aquisição destas. Ela aponta que sim. Como podemos ver nos trechos a seguir:

E em relação a prática com mutisseriado é complicadissimo, né. Porque as vezes acontece de crianças do 4º e 5º ano que não sabem ler e, crianças de 1º ano que foram alfabetizada, exatamente na pandemia pelos pais. Não foi um mérito meu. Já chegou alfabetizada, escrevendo tudo direitinho. [...] Então é puxado! Ou você trabalha os conteúdo e explora, ou você investe na questão da alfabetização.

E aí, iniciei o ano trabalhando pela manhã com educação infantil e, a tarde com com fund I. Muito puxado, né!Trinta anos não são 30 dias. Eu tentei de tudo pra dar o meu melhor. Mas foi puxado!Eu tive que cobrar muito de mim para as coisas acontecerem, Entendeu?

Nós sabemos que o processo de alfabetização já tá dizendo: é um processo, né. Agente tem que ter paciência. Mas, os casos que chegaram nas minhas mãos, na minha sala de aula, foi complicado! Hoje, no final, já encerrei com educação infantil, porque teve o reda. Eu também já tinha anos, que eu sempre trabalhei 40 horas, porque eu sou 40horas. Mas já tinha anos que eu não trabalhava em sala 40 horas.[...]. (Entrevista concedida em 03.01.2023).

As falas da professora são bastantes delicadas, pois elas revelam e desnudam as fragilidades existentes no sistema educacional do município, principalmente em relação as

classes multisseriadas, apontando para a necessidade de um olhar mais atento tanto para as/os educandas/os quanto para o corpo docente. Sobre essa observação Parente (2014), diz que:

A multisseriação traz à tona outros temas como: direito à educação, sua democratização, seu acesso, sucesso do aluno, qualidade educacional, organização do trabalho pedagógico, currículo, formação docente, diversidade e projeto político-pedagógico. Temas tão debatidos na atualidade, mas muitas vezes vazios de significações, desprovidos de relação com os sujeitos da educação (PARENTE, 2014, p.59).

Além disso, a professora que é concursada municipal a mais de 30 anos, ressalta que problemas emocionais afetaram muito a sua saúde, principalmente, durante a pandemia. E que as questões com a idade e o tempo de prestação de serviço público revelam que já é hora de aposentar-se. Ela destacou as dificuldades que a comunidade e a escola vem enfrentando ao longo do tempo e da indiferença do poder público a estas. Falou das angústias e incertezas com o ensino remoto, no sentido de não ter a certeza, de fato, as/os educandas(os) estavam aprendendo, fazendo as atividades ou se eram os pais que estavam respondendo as mesma, pois como ela contou que, alguns estudantes não sabiam ler. E com o retorno das aulas, percebeu que não houve nenhum avanço na aprendizagem das crianças.

A professa ressaltou a importância da chegada dos novos profissionais, especialmente da coordenadora e da psicopedagoga, pois a escola ficou 4 meses sem coordenação e sem um profissional que pudesse ajudar as/os educandas(os) com as dificuldades de aprendizagem, e diz que a presença dessas profissionais vai ajudar muito no caminhar das práticas educativas propostas pela escola.

Outro ponto que ela destaca é em relação a riqueza cultural da comunidade, e que muitos moradores não conhecem a história, e diz ser muito válido o trabalho pedagógico a partir do local.

E com o objetivo de entender um pouco mais sobre o processo de ensino e sobre as pessoas do lugar, procurou-se saber da professora se ela achava que o fato da maioria dos pais não serem alfabetizados atrapalha no processo de alfabetização das crianças. Vejamos alguns trechos do que ela diz:

Agente tinha que fazer um trabalho ai, para alfabetizar muitos pais. Porque assim, a criança já tem a dificuldade por não morar em um ambiente letrado, né. Um ambiente que tenha letras, que tenha palavras. Eu pensei até, através de um projeto, povoar aquilo ali de letras. Por exemplo: uma árvore botar o nome árvore... Para poder ajudar os meninos, né.

E outra coisa: trazer aqueles pais de novo, por conta de não ter muitos alunos á noite não se investiu muito. Mas ai teria o quê, o retorno nos alunos do dia, porque

tem alunos lá que os pais não sabem ler e nem escrever.. Quem é que va ajudar essa criança? Entendeu? Então, o conhecimento é dentro da escola, o apoio lá fora não tem. Então poderia também fazer esse trabalho, né.

Chamar essa galerinha para voltar pra sala de aula. E é uma galera animada e tudo. Cansada! Porque trabalha! A maioria é marisqueira, trabalham no mangue e, é um trabalho cansativo. Quando chegavam já era aquela coisa. [...] Então fazia esse trabalho, porque eles já iam ter como contribuir na aprendizagem de seus filhos. (Entrevista realizada em: 03.01.2023).

Como podemos notar, a professora acredita que estar inserido em um ambiente letrado, favorece sim para um maior desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Apontando a participação da família como um importante recurso nesse processo. E destaca, que seria muito interessante, se além das crianças, os(as) responsáveis, também tivessem a oportunidade de voltar a frequentar a escola com o ensino da EJA.

Com base nas observações feitas pela professora e pelo gestor, sobre as dificuldades apresentadas pelas crianças, a proposta do projeto de leitura e escrita tem como objetivo a “recuperação da aprendizagem”. Perguntado se o projeto, teria também como meta, contribuir para a diminuição dos impactos educacionais causados pela pandemia, ela afirma que sim, como podemos ver nos trechos a seguir:

Como falei logo no inicio, nós fizemos um projeto de intervenção para tentar buscar soluções para esse déficit de aprendizagem dos alunos que enfrentou na pandemia.

Como eu falei também, nós desses três meses pra cá, logo pós reforma, quando a escola começou a ser presencial, nós implantamos esse projeto com essa finalidade de tentar resgatar, contemplar os meninos, tentar dar a eles algo que eles perderam na pandemia.

É por esse e outros motivos, que o próximo ano se, o Senhor permitir, agente vai continuar[...] com o projeto de intervenção. (Entrevista realizada em: 27.12.2022).

Com o foco na alfabetização, percebe-se que o projeto desenvolvido pela unidade pesquisada vai muito além do ensinar a ler e escrever, ele é um instrumento que poderá auxiliar na redução das desigualdades educacionais, especialmente no pós-pandemia, onde muitas crianças, por não terem acesso aos meios tecnológicos, foram bastante prejudicados, sobretudo aquelas que estavam chegando aos anos iniciais do ensino fundamental, as quais estavam saindo de um ciclo de formação e entrando em outro totalmente desconhecido, e que precisava ter esse primeiro contato, pois muitas delas ainda não dominavam as letras e os números. E a quebra dessa experiência inicial, se não bem acompanhada, poderá impactar negativamente nos próximos anos de formação.

Sobre isso, Souza (2012) mostra que “ 41,4% das crianças que estudam nos anos iniciais possuem distorção idade-série; 56% das que estudam de 5ª a 8ª também e 59% dos que estão no ensino médio também possuem distorção” (p.752). Sendo assim, ainda que a gestão nos diga que não há na unidade escolar um histórico de reprovação, este projeto se apresenta como um mecanismo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado, mostrando a necessidade de um processo educacional pautado nas vivências das/os educandas/os, a partir de um currículo específico e de um olhar mais atento para a condução do processo educativo, especialmente no que tange as dificuldades em leitura, escrita e raciocínio lógico. Que não por acaso, os componentes de língua portuguesa e matemática são os que possuem um peso maior nos instrumentos de verificação da aprendizagem, e quanto mais letrado for um grupo, maiores serão as chances de transformação social deste.

E nestas comunidades, seja ela do campo, quilombola, ribeirinhas, indígenas, entre outras, é essencial que haja sim, uma disposição para uma melhora na qualidade do ensino ofertado, pois nesses espaços o processo de escolarização se apresenta de forma desigual, devido a toda uma conjuntura e histórica e política de exclusão.

Deste modo, é importante sim projetos de intervenções, mas é necessário também, que este não estejam focados, apenas na aquisição da leitura e da escrita, mas que possam contribuir para o desenvolvimento crítico dessas(es) estudantes, através da aproximação com sua realidade. E assim, motivá-las(os) a construir novas narrativas, assim como fez Mário Moreira, artista, morador local, ex-discente da UNILAB e responsável pela bela ilustração que segue:

Figura 7 - Desenho das crianças da educação infantil feito pelo artista e morador da comunidade Mário Moreira



Fonte: acervo da pesquisadora.

Na tentativa de aproximar cada vez mais a comunidade e fazer as crianças se sentirem pertencentes ao ambiente educativo, a escola apostou no registro de suas imagens na parede da sala de aula. Com o objetivo de fortalecer o vínculo, integrar e possibilitar, que pessoas como Mario Moreira, possam mostrar seus talentos e incentivar crianças e as/os adolescentes da comunidade, a manifestarem o seu lado artístico. Assim, ao unir educação e arte, a escola constrói caminhos para uma pedagogia da emancipação, da afetividade e da criatividade.

Portanto, o movimento que a escola faz em iniciar um projeto de intervenção em meio a tantas dificuldades aqui mencionadas, ainda que este apresente certas delicadezas, chama atenção para a necessidade de um olhar especial e aprofundado sobre a educação que está sendo desenvolvida no município.

Concordo com Franco (2015), quando ele diz que é necessário uma insistência educativa, para que de fato, aconteça mudanças significativa no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem das crianças: Vejamos o trecho a seguir:

[...] Só a dialética do próprio movimento transforma o futuro e essa dialética carrega a essencialidade do ato educativo: intencionalidade coletivamente organizada e em contínuo ajuste de caminhos e práticas. Talvez o termo mais adequado seja o da insistência. O professor não pode desistir do aluno. Há que insistir, ouvir, refazer, fazer de outro jeito, acompanhar a lógica do aluno, descobrir e compreender as relações que ele estabelece com o saber, mudar o enfoque didático, as abordagens de interação e os caminhos do diálogo (FRANCO, 2012,p.606)

Logo, esta responsabilidade não cabe apenas ao (a) professor (a) ou a gestão escolar, mas a toda rede de ensino. Assim, é importante que a prática pedagógica esteja sedimentada a um projeto de transformação, com base na insistência de novas possibilidades educativas, no sentido de encontrar o melhor caminho entre a teoria e a prática para alcançar os objetivos que norteiam a ação educativa, e estimular, como nos aponta hooks (2017) “a consciência crítica que dá poder às pessoas” (p.258).

7 IDENTIDADE E PERTENCIMENTO NAS PRÁTICAS ESCOLARES: DESAFIOS PARA A VIVÊNCIA DA LEI 10.639/03

Durante a realização da pesquisa foi nítido perceber a relação de pertencimento das pessoas com o local, principalmente das crianças, que se sentem livres ao explorar cada canto daquele imenso quintal e, sabem o quanto é importante preservá-lo. Como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 8 - Pintura na telha. Aula sobre preservação das riquezas local



Fonte: acervo da pesquisadora.

Nas palavras das/os estudantes, as imagens retratam o local onde vivem, brincam e de onde seus familiares retiram o sustento, mas sabem que a própria comunidade tem contribuído para o agravamento da poluição na comunidade, pois há muito lixo no manguezal e no rio onde muitos tomavam banho, pescavam e pegavam água para beber e cozinhar. As observações feitas pelas (os) estudantes demonstram a necessidade de projetos de intervenções voltados para a preservação do local, e que este não se restrinja apenas a sala de aula, mas que atravesse os portões da escola e alcance a todas as pessoas.

A poluição dos lugares sagrados daquele território chama atenção para a responsabilidade do cuidado com ambiente em que vivemos, pois este pode não suportar as inúmeras violências que vem sofrendo ao longo do tempo. Pois, a falta de cuidado com o território onde vivemos traz sérios problemas para toda humanidade como nos alerta Ailton Krenak (2020):

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar (KRENAK, 2020, p.45)

Embora não tenha ficado tão explícito e nem esteja no PPP, a unidade pontua que trabalha com as crianças a preservação do ambiente onde vivem, sobre o tempo apropriado de

retirada dos animais do mar e do mangue, e de como a pesca contribuiu e tem contribuído para o sustento e manutenção das tradições ancestrais da comunidade.

Sobre o respeito e os cuidados com a comunidade, procurou-se saber do gestor, se ele acredita que levar os ensinamentos da cultura da pesca e do marisco é um poderoso recurso pedagógico para a manutenção e preservação dos conhecimentos e práticas ancestrais. Ele afirma que sim, como podemos ver nos trechos a seguir:

Com palestras e momentos estratégicos [...]. Dando a eles subsídios de quando eles forem mariscar não pegar os mariscos pequenos, pegar os do tamanho ideal. E também quando ele for mariscar que eles vão sempre com os pais, não jogar resíduos, pois eles levam merenda, biscoito, enfim.

Então ele fazendo o uso correto, tanto das artes de pesca quanto do uso de seus alimentos, não jogar á toa, como várias e várias vezes coleta nos manguezais resíduos, plástico, pedaços de redes, garrafas pet. Tudo isso vai prejudicando. Tudo isso agente leva para os nossos alunos para ele ter consciência de não destruir o meio no qual ele tira o sustento dele.

Então é preciso conscientizar para amanhã fazer direito. Então assim, aos poucos agentetenta dar aos nossos alunos, a nossa comunidade também, que está inserida nessa escola, subsídios para que seja diferente na busca do seu alimento do seu pão de cada dia, trazer os tamanhos ideais para não faltar amanhã. (Entrevista realizada em 27.12.2022)

Outro ponto observado, durante o período em campo, foi em relação a lei 10.639/03, no Projeto Político Pedagógico – PPP, não há nada que faça referência ao trabalho com o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Como já apontado, a comunidade é formada por uma população majoritariamente negra, onde a maioria das pessoas, principalmente as crianças, não se reconhecem como tais. Questionada sobre essa observação, a gestão diz que a escola trabalha com o referido conteúdo, mas em momentos pontuais. E que tem focado nas questões identitária, de pertencimento e cultura local no dia-dia, dando maior enfoque sempre em datas específicas como o 20 de novembro, por exemplo.

Vale ressaltar que além da comunidade ser formada por agricultores, ela também é formada por marisqueiras e pescadores, as(os) quais são frutos de uma herança de pessoas que foram escravizadas, sendo bastante relevante que esses temas se façam presentes no dia - a-dia da escola. Por isso, a importância de se ter projetos voltados para uma educação que foque não só na questão da terra e preservação do mar e do rio, mas que discuta também, a cultura e história e as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros, pois somente assim, as(os) educandas(os) puderam se reconhecer enquanto negras e negros e ter orgulho de quem são e da história que carregam.

Mesmo tendo consciência que a efetivação dessa lei não garante na prática, a diminuição das desigualdades, mas considero que ela pode sim contribuir para tais enfrentamentos e validar os direitos das populações historicamente excluídas. Como ressalta, a educadora Nilma Lino Gomes (2011):

Ao colocar a diversidade étnico-racial e o direito à educação no campo da equidade, o Movimento Negro indaga a implementação das políticas públicas de caráter universalista e traz o debate sobre a dimensão ética da aplicação dessas políticas, a urgência de programas voltados para a efetivação da justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem a efetiva superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego aos coletivos historicamente marcados pela exclusão e pela discriminação (GOMES, 2011, p.115).

Desta forma, é preciso ir para o enfrentamento, e por em prática esta lei, que neste ano de 2023, completa 20 anos, e que ainda carece de uma maior efetividade em todos os espaços da sociedade brasileira.

Sobre a efetivação da 10.639/03, buscamos saber do gestor se o fato dele morar na comunidade ajuda a ter um olhar mais atento sobre as desigualdades presentes na comunidade, e assim contribuir para o enfrentamento dessas, a partir do seu fazer profissional. Ele ressalta que sim, como mostra os trechos a seguir:

Na nossa caminhada, no nosso dia-dia, agente ouve ladainhas. Digamos assim! Ah, você cara, estudou, fez faculdade, você deveria morar em um lugar, tipo no centro. Isso é preconceito! Achando que só porque eu sou morador e conseguir algo, sei lá, agente tem que se deslocar do lugar. Meu filho é seguinte: meus filhos é[...] estudam na escola onde eu trabalho. E eu não vou tirar eles de lá, nem tão pouco eu vou sair do local que eu moro. Porque assim, agente precisa valorizar o nosso local, as nossas raízes.

E quanto aos nossos alunos são muitos, alguns deles dizem que por a cor ser clara não é negro, né. E aí. O que é que agente faz pra ele. Agente pesquisa né, leva para o Google [...] e mostrar pra ele que, além da cor, as nossas raízes nos dizem muito [...]. A nossa lida. o nosso dia-dia, nossa coletagem, nossas mariscagem, não deixa de ser algo, que veio de lá da nossa ancestralidade, dos nossos negros, dos índios. Tá enraizado na nossa pele. E agente traz, né.

Nós já tivemos aqui, um momento de palestra. [...]. Trouxemos Jorge (professor Jorge do Espírito Santo que, também é mencionando nesse texto) para palestrar um pouco, falar um pouco sobre a nossa cultura, falar um pouco de nós.

[...]. Então, agente trazendo pessoas que falem um pouco da nossa lida do dia-dia, da nossa comunidade [...] faz com que agente consiga entender que, agente como frutos da terra, somos moradores e temos histórias. [...].

É importante destacar, a partir desses trechos, o compromisso que devemos ter com a educação que nos cerca, pois ela se instaura como um dos elementos fundamentais de

reparação das mais diversas situações de injustiça social vividas pela população negra durante e a após o período da escravidão no Brasil. E, que se bem intencionada, poderá contribuir para que, não só as crianças se reconheçam enquanto sujeitos possuidores de histórias, mas toda a comunidade, pois ainda há uma rejeição e um desconhecimento desse passado por boa parte das pessoas que residem no local.

Por isso, se faz necessário, que a escola compreenda que as desigualdades é um dos principais elementos que reforçam toda uma situação de violência que assola boa parte da população afrodescendente deste país, como nos aponta Oliveira e Machado (2018):

O governo republicano, majoritariamente composto por homens brancos com resquícios do antigo regime, não tiveram propósito de promover a cidadania dos libertos e de seus descendentes nem de reverter a intolerância étnica, o racismo e as desigualdades raciais herdadas do sistema escravista. Assim, a população negra não conseguiu sair da pobreza, pois a libertação não foi acompanhada de políticas públicas de educação nem de distribuição de terras que permitissem uma progressiva ascensão social(OLIVEIRA e MACHADO, 2018,p.317)

Evidencia-se ai, que nossos passos e nossas lutas vêm de longe, e por isso, a efetivação da lei não só na unidade pesquisada, mas em todo território franciscano, se faz urgente e necessária.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a educação é um dos importantíssimos mecanismos contra toda forma de opressão social, e ao mesmo tempo um território de disputa, pois corpos como o de pessoas negras sempre foram lidos como desnecessários nesses espaços de formação. Por isso, quando mim propus a pesquisar como as práticas pedagógicas escolares têm contribuir para a aprendizagem e permanência de crianças que vivem em contexto de desigualdades na comunidade da Roseira e Porto de Brotas, não só estava falando da realidade daquelas pessoas, mas estava também fazendo um recorte da minha trajetória escolar. De como naquele tempo faltou a mim, e a maioria das crianças e adolescentes de minha época, alguém com o olhar crítico sobre as condições de vulnerabilidade sociais que atingia boa parte das(os) estudantes naquele contexto. E quando manifesto o desejo de olhar para essas questões, reativo em mim um incômodo de anos atrás, o compromisso e a responsabilidade com o meu fazer docente.

Talvez seja, por isso, que acabei me tornando professora, porque lembro que quando criança ficava fascinada pela forma como as professoras escreviam no quadro, e de como elas ajudavam a gente a descobrir e desenvolver a compreensão da leitura e escrita. Mas, não me recordo de ter sido incentivada, por nenhuma professora, a escolha dessa profissão, e muito menos eu almejei isso. No meu caso, além das professoras eu tive muita influência de meu pai, pois o via lendo muito em casa, e acredito que essa experiência contribuiu muito para a minha formação, mas sei que muitas crianças não tinha, e em algumas realidades ainda não têm, essa referência.

Eu não tinha a docência como um sonho a ser seguido, o meu desejo de criança era ser modelo e atriz, mas nunca professora, e não foi porque achava que era algo menor, mas porque eu tinha outros desejos, mesmo que desde muito pequena, aos 10 anos de idade, eu tenha dado os primeiros passos como professora de reforço escolar. Porém, com o passar do tempo e vendo que seria muito difícil realizar meu sonho de criança, eu comecei a pensar na carreira de professora.

Por isso, ao longo do texto, trago situações que me tocam profundamente e me motivam a discutir e propor caminhos que, possam contribuir para uma melhora na qualidade da educação que esta sendo ofertada no município.

Pois, não é fácil para muitos de nós, prosseguirmos com os estudos e chegar a uma universidade pública e resistir, por que esses espaços não são e nem foram pensados para pessoas pretas. E isso, muitas das vezes, faz com que muitas de nós desista no meio do caminho.

Partindo disso, durante a realização da pesquisa fui confrontada várias vezes com a seguinte pergunta: o que essa pesquisa trará para sua vida? E observando o lugar e as pessoas, fiquei pensando que essa é uma forma de poder olhar para o nosso município e mostrar que é preciso um cuidado com todas e todos que moram ali, e a nós, profissionais da educação, cabe também essa inquietação, pois muitas crianças estão deixando os ciclos de formação com muitas lacunas.

Deste modo, gostaria de ter encontrado, durante a realização da pesquisa, práticas pedagógicas mais sólidas e que fortalecessem as crianças, principalmente em relação aos seus perfis identitários. Mas, os resultados de uma pesquisa não respondem aos desejos da pesquisadora/or. Assim, entendo que os achados desse trabalho, levam-me a refletir sobre como fazermos para uma melhor condução e fortalecimento das práticas encontradas. Entendo que novas pesquisas voltadas para pensar e discutir realidades iguais a aqui

apresentada, são de fundamental importância; percebo a necessidade de mais investimentos na formação continuada dos profissionais, principalmente em relação à Lei 10.639/03.

A pesquisa mostra a relevância em discutir currículos específicos voltados para realidade do campo, que trabalhe as questões locais, a história, a cultura e a identidade e, que não seja somente em datas comemorativas; e também aponta para o fortalecimento de relações entre a comunidade escolar e instituições parceiras como a UNILAB, por exemplo, com o intuito de se criar projetos que venham a contribuir para a transformação da educação naquela comunidade, bem como em todas as escolas municipais de São Francisco do Conde.

O trabalho focou na discussão sobre como as práticas pedagógicas podem contribuir para o enfrentamento das desigualdades, já que a unidade pesquisada está localizada em um território rico em biodiversidade, e que serviu como morada para um dos primeiros habitantes do nosso país: os povos tupinambás. A pesquisa, também buscou refletir sobre qual o tipo de educação nós queremos ofertar e, quais os caminhos deveriam ser percorridos quando nos deparamos com realidades como a da unidade pesquisada. Essas e outras inquietações povoam os meus pensamentos, mas muito no sentido dos desafios que nos esperam quando pensamos em uma educação pautada na diversidade, no respeito e na emancipação social das (os) sujeitos franciscanos.

Sendo assim, a unidade de ensino se configura como um agente que contém uma importância substancial para propor mudanças sociais naquela comunidade. Deste modo, fica evidente tanto na fala do gestor quanto na fala da professora, que estamos diante de uma naturalização das desigualdades existentes, por parte das instâncias superiores e, estas precisam ser confrontadas e debatidas, pois o município de São Francisco do Conde, ainda mantém um modelo de organização e estrutura social pautado na colonização. E precisamos mudar isso!

Nesse sentido, a criação do projeto de leitura e escrita somada as pequenas e pontuais ações, que a escola vem desenvolvendo como, por exemplo, a coleta do lixo nos manguezais e rios, a conscientização sobre o descarte correto dos lixos, a utilização dos saberes da população, a partir das pinturas de Mário, são movimentos que primam pelo desejo do sucesso e bem estar social de todas e todos.

Assim, esta pesquisa não se esgota por aqui, ainda há muitos caminhos a serem explorados, pois muitos são os problemas que existem, e por isso, a necessidade de uma prática pedagógica, que contribua para um espaço escolar mais crítico e problematizador.

Finalizo dizendo, o quanto foi prazeroso e gratificante ser discente da primeira turma de Licenciatura em Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira – UNILAB, e poder experienciar situações significativas, que contribuíram profundamente para o meu fazer profissional, como mulher negra, filha, neta, sobrinha, tia e mãe de Maria Flor.

Pois, foi com a chegada da UNILAB, em terras franciscana, que passei a imaginar e sonhar em fazer parte do projeto de transformação que a instituição defende. Foi a partir daí que comecei a entender que a cor da minha pele e o meu cabelo crespo não era um problema. Foi na Unilab que pude conhecer o continente africano, através das/os estudantes africanos, e pude descobrir que lá, também é o meu lar.

Desejo, que assim como muitas (os) colegas franciscanos, eu possa também ser uma referencia local, e assim, consiga motivar muitas pessoas da cidade a ocupar esse espaço que é nosso.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**/Silvio Luiz de Almeida – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**/ Miguel G. Arroyo. 2.ed. – Petrópolis, Rj: Vozes, 2014.
- Barros, L. A; Lihtnov, D. D. (2016).**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO RURAL E DO CAMPO: AS LEIS, DIRETRIZES E BASES DO ENSINO NO E DO CAMPO NO BRASIL**. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/84900025.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2023.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/htm. Acesso em: 20 de novembro de 2022.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 673-697, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 de dezembro de 2022
- COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020. Disponível em: <https://cursosextenso.usp.br/mod/resource/view.php?id=170648&redirect=1>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.
- DIAS DE SOUSA, R. A.; REIS SILVA, M. A. Educação no/do Campo como resistência e enfrentamento das desigualdades. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 14, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/13609>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.
- FRANCO, MAS. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/gd7J5ZhhMMcbJf9FtKDyCTB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 04 de Janeiro de 2023.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**/Paulo Freire. 53ªed.-Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**/Paulo Freire. – [Ed. especial]. – Rio de Janeiro: Nova fronteira. 2012.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2022.
- GOMES, N. L. (2011). Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira De Política E Administração Da**

Educação, 27(1). Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>. Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade/ bell hooks: tradução de marcelo Brandão Cipolla. – 2.ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.**

JANATA, N. E; ANHAIA. E. M. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 685-704, jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623645783>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo/ Ailton Krenak – 2ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2020.**

MACEDO. Renata Mourão. **Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Waldete Tristão Farias; MACHADO, Carlos Eduardo Dias. A DEMANDA DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA POR EDUCAÇÃO: UM LONGO TRAJETO ATÉ A LEI 10.639/03. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, p. 314-339, jan. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/542>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

SANTOS, Gevanilda. MOVIMENTO NEGRO: LETRAMENTO DE VIVÊNCIA E REEXISTÊNCIA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, p. 399-424, jan. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/546>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

SANTOS, T. M. P. dos; AMORIM, F. da S.; SANTANA, B. E. C. de. Educação do Campo e Sociolinguística Educacional: Trilhas pedagógicas decoloniais. **Enlaces**, Salvador, v. 3, 2022. DOI: 10.55847/enlaces.v3i.962. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/enlaces/article/download/962/586/2949>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

PARENTE, Claudia da Mota Darós. Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 57-88, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000100004>. Acesso em: 16 de Julho de 2023.

PINTO, Naiane de Jesus,(org.). **São Bento conversando com a sua história/.** – São Francisco do Conde, 2021.

SCHEFER, Maria Cristina; KNIJNIK, Gelsa. UM NÃO-LUGAR ESCOLAR PARA CRIANÇAS AFRO-DESCENDENTES DA PERIFERIA DAS PERIFERIAS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 8, n. 19, p. 261-277, jun. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/36>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

SILVA, Claudilene Maria da. **A volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento:** práticas pedagógicas escolares em história e cultura afro-brasileira/Claudilene Maria da Silva –Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, LHP. **Ambiente e justiça:** sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro, 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1123m>:. Acesso em: 02 de janeiro de 2023.

SOUZA, Maria Antônia de. EDUCAÇÃO DO CAMPO, DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>:. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

THERBORN. G. Os campos de Esterminio das Desigualdades – Novos estudos CEBRAP, 2010 – **SciELO Brasil**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200009>. Acesso em: 02 de julho de 2022.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC III

Discente: Liane Santos Do Nascimento

Orientadora: Claudilene Maria Silva

ENTREVISTA COM A GESTÃO ESCOLAR (DIRETOR)

1. Você pode falar um pouco sobre a comunidade, nome, formação, tempo de existência, número de famílias e pessoas, caso tenha esses dados?
2. Esta é uma comunidade pequena, como é a relação das pessoas umas com as outras e ela tem líder comunitário?
3. Aponte pelo menos, três problemas ou dificuldades, que a comunidade enfrenta.
4. Há quanto tempo está à frente da gestão escolar?
5. Fale um pouco sobre a escola, quando foi construída, origem do nome, tempo de funcionamento, estrutura curricular, quantidade de estudantes e funcionários.
6. Em relação à unidade escolar quais problemas ela enfrenta?
7. Enquanto gestor, quais dificuldades você tem enfrentado ao longo desses anos à frente da gestão escolar?
8. Sabemos que a educação pública no nosso país é permeada por muitas desigualdades, e com a pandemia, essas se aprofundaram ainda mais. Durante esses dois anos e pouco em que a escola esteve fechada, quais foram as estratégias utilizadas pela escola para que suas/seus estudantes tivessem o seu direito ao ensino e aprendizagem garantidos?

9. De que forma a escola vem trabalhando neste retorno das aulas, pensando em uma “recuperação” da aprendizagem?

10. A escola está situada em uma comunidade que vem enfrentado, ao longo do tempo, problemas sociais e que tem ameaçado práticas culturais como, por exemplo, as atividades da pesca, por conta da poluição da maré e do rio. Pensado nisso, como a unidade escolar tem contribuído, a partir de suas práticas pedagógicas, para que as crianças que estão em processo de formação possam contribuir para a preservação deste local?

11. A comunidade escolar é constituída majoritariamente por uma população de origem afro-descendente, que historicamente foi e ainda é marcada por um extenso processo de exclusão social. Você além de diretor, morador do local, é também alguém que sente na pele, todas as problemáticas sociais deste lugar. Pensando nisso, como a escola tem trabalhado essas questões para o enfrentamento das desigualdades presentes no local?



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

Trabalho de Conclusão de Curso – TccIii

Discente: Liane Santos Do Nascimento

Orientadora: Claudilene Maria Silva

ENTREVISTA COM A PROFESSORA

1. Você pode falar um pouco sobre o que te motivou a ser professora?
2. Quantos anos você tem na educação e quais foram seus campos de experiências?
3. Há quanto tempo você está nesta unidade escolar e em qual turma ou turmas leciona?
4. Esta é uma unidade de ensino multisseriada e, assim como muitas escolas brasileiras com esse perfil, enfrenta muitas dificuldades. Partindo dessa realidade, quais são os maiores desafios encontrados na turma, já que estamos falando de diferentes níveis de aprendizagem?
5. Por conta da pandemia da COVID-19, foi necessário o isolamento e o fechamento das unidades escolares, e com isso, adotou-se o chamado ensino “remoto”. Sabendo que nem todas/os tiveram acesso a esse formato de aulas por conta, principalmente da falta de equipamentos eletrônicos e do acesso a rede de internet. Quais estratégias você utilizou para que as/os estudantes tivessem acesso aos conteúdos?
6. Com base no seu tempo de contato com a turma, como você avalia o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes, durante o retorno das aulas pós-pandemia?
7. Você acha que os problemas sociais vivenciados pela comunidade influenciam na aprendizagem das/os estudantes?
8. Como profissional da educação e que conhece a realidade desses estudantes, quais os caminhos você aponta para uma prática educacional que promova a liberdade e o enfrentamento das desigualdades?
9. Quando olhamos para a realidade social da comunidade, onde o problema da falta de água nas residências é algo inacreditável, é impossível não pensar no processo de formação escolar das/os estudantes. Diante disso, quais são os olhares que você tem lançado sobre essas questões?

10. De que forma você tem alinhado a sua prática pedagógica a realidade social desses estudantes?



UNILAB Instituto de Humanidades e Letras
Campus dos Malês-BA
Curso de Licenciatura em Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

O senhor/a está sendo convidado/aa participar da pesquisa PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR E ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES RACIAIS E SOCIAIS NA EDUCAÇÃO. Se decidir participar, é importante que leia estas informações abaixo sobre a pesquisa e o seu papel como participante.

O estudo está sendo desenvolvido por Liane Santos do Nascimento sob orientação da prof^ª. Claudilene Silva, para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, na Unilab – Campus dos Malês. **O objetivo da pesquisa** é analisar como as práticas pedagógicas podem colaborar com o enfrentamento das desigualdades na educação. **Os procedimentos metodológicos** para a realização da coleta de informações o/a Sr./a serão submetido/a a uma entrevista semiestruturada sobre o tema em estudo. **Comprometemo-nos** a realizar a entrevista em ambiente discreto, reservado e sem interferência de terceiros. O/a Sr^o./Sr^a não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar, assim como é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, CPF _____, após ter lido todas as informações contidas neste documento antes de assinar este termo, confirmo que fui devidamente esclarecido (a), tendo recebido uma cópia deste formulário, dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar como voluntário(a) do estudo PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR E ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES RACIAIS E SOCIAIS. Ao mesmo tempo, declaro que fornecerei as informações necessárias para a pesquisa sob o acompanhamento das pesquisadoras responsáveis.

Me foi garantido que:

- ✓ Os dados fornecidos serão usados unicamente para fins da pesquisa.
- ✓ Em nenhum momento da pesquisa os nomes dos participantes serão divulgados.
- ✓ A participação na pesquisa não afetará em nenhum aspecto minha atuação profissional.

Me comprometo a:

- ✓ Conceder a entrevista em dia e horário agendados com a pesquisadora.
- ✓ Não divulgar/ compartilhar os dados fornecidos com pessoas externas à pesquisa, mantendo o sigilo dos dados.
- ✓ Me reportar à pesquisadora Liane dos Santos Nascimento sempre que houver necessidade.
- ✓ Fornecer, a qualquer momento que a(s) pesquisadora(s) julgar necessário, informações complementares para a execução da pesquisa.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino esta autorização.

São Francisco do Conde, 15 de dezembro de 2022.

Voluntário(a)- Entrevistado(a)

Pesquisadora

Profª Orientadora